

**PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI Nº 1.205 -
PR (2019/0042339-1)**

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
REQUERENTE : **ESTADO DO PARANÁ**
ADVOGADOS : **DULCE ESTHER KAIRALLA E OUTRO(S) - PR022601**
: **GUILHERME FREIRE DE MELO BARROS - PR047089**
REQUERIDO : **EDILVANE KRAUS**
ADVOGADO : **BRUNO PEREIRA DOS SANTOS E OUTRO(S) - PR063485**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI. TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS. CORREÇÃO MONETÁRIA. QUESTÃO DE DIREITO PROCESSUAL. DESCABIMENTO. PEDIDO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de pedido de uniformização de interpretação de lei ajuizado pelo ESTADO DO PARANÁ, com base no art. 18, § 3º, da Lei n. 12.153/2009, contra acórdão da 4ª Turma Recursal dos Juizados Especiais da Fazenda Pública de Curitiba, assim ementado (fls. 205-206):

RECURSO INOMINADO. FAZENDA PÚBLICA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE C/C COBRANÇA. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL TEMPORÁRIO. PROFESSOR. REGIME DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO (PSS). CONTRATAÇÕES SUCESSIVAS SUPERIORES AO LIMITE LEGAL DE DOIS ANOS. LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL nº 108/2005. CONTRATAÇÃO SEM OBSERVÂNCIA DO CARÁTER TRANSITÓRIO E EXCEPCIONAL. NULIDADE TOTAL DO CONTRATO RECONHECIDA. DIREITO AO RECEBIMENTO DE VALORES A TÍTULO DE FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO (FGTS) DURANTE O PERÍODO TRABALHADO. SÚMULA 466 DO STJ. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. APLICAÇÃO DO ARTIGO 46 DA LEI 9.099/95. RECURSO DESPROVIDO.

Precedentes desta Turma Recursal: RI 0035627-90.2017.8.16.0182, RI 0008446-17.2017.8.16.0182, RI 0009378-05.2017.8.16.0182 e RI 0047368-64.2016.8.16.0182.

Os embargos de declaração foram rejeitados (fls. 243-244):

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO, OMISSÃO OU DÚVIDA. MERO INCONFORMISMO. INAPLICABILIDADE DO TEMA 731 DO STJ. EMBARGOS DECLARATÓRIOS NÃO SÃO A VIA ADEQUADA PARA MODIFICAR O DECISUM.

Embargos rejeitados.

O requerente argumenta que o acórdão recorrido divergiu do entendimento firmado pela 3ª Turma Recursal dos Juizados da Fazenda Pública do Rio Grande do Sul no sentido de que a nulidade da contratação temporária implica o direito ao recebimento

do FGTS, a ser corrigido, desde quando deveria ter sido feito cada depósito, pela TR (Tema n. 731/STJ).

Contrarrazões oferecidas à fl. 306.

É o relatório. Passo a decidir.

Nos termos do art. 18, da Lei Federal n. 12.153/2009, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal nas hipóteses em que houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei, ou quando "a decisão proferida estiver em contrariedade com súmula do Superior Tribunal de Justiça" (§ 3º).

No caso, o requerente aponta a existência de divergência jurisprudencial entre o acórdão recorrido e o entendimento firmado pela 3ª Turma Recursal dos Juizados da Fazenda Pública do Rio Grande do Sul no tocante à correção monetária do FGTS, requerendo a prevalência do entendimento que fixa a TR como índice a ser observado na referida atualização.

Ocorre que o STJ, quando do julgamento do REsp n. 1.205.946/SP, submetido ao rito dos recursos repetitivos, firmou a compreensão no sentido de que a norma de regência da forma de cálculo da correção monetária e dos juros de mora possui natureza eminentemente processual.

À vista disso, impõe-se o não conhecimento do pedido aqui deduzido, porquanto a questão controvertida - correção monetária - é de cunho eminentemente processual. A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA. DIREITO PROCESSUAL. DESCABIMENTO.

1. Nos termos do art. 18, § 3º, da Lei n. 12.153/2009, o mecanismo de uniformização de jurisprudência e de submissão das decisões das Turmas Recursais ao crivo do Superior Tribunal de Justiça, no âmbito dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, restringe-se a questões de direito material, quando as Turmas de diferentes Estados derem a lei federal interpretações divergentes, ou quando a decisão proferida estiver em contrariedade com súmula do Superior Tribunal de Justiça.

2. Hipótese em que o incidente de uniformização refere-se a direito processual termo inicial dos juros moratórios, sendo, portanto, manifestamente inadmissível.

3. Agravo interno desprovido (AgInt no PUIL 602/RS, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Seção, DJe 17/8/2018).

No mesmo sentido, como "a mão e a luva", em julgados que guardam inteira compatibilidade com a hipótese em estudo, destaco as seguintes decisões monocráticas, inclusive de minha relatoria: PUIL n. 1.223/PR, Rel. Min. Benedito Gonçalves, DJe: 23/5/2019; PUIL n. 1.219/PR, Rel. Min. Benedito Gonçalves, DJe: 23/5/2019; PUIL n. 1.208/PR, Rel. Min. Francisco Falcão, DJe: 22/5/2019; PUIL n. 1.202/PR, Rel. Min. Francisco Falcão, DJe: 22/5/2019; PUIL n. 1.281/PR, Rel. Min. Herman Benjamin, DJe: 22/5/2019, PUIL N. 1.189/PR, Min. Benedito Gonçalves, DJe: 26/2/2019; PUIL n. 1.196/PR, Min. Sérgio Kukina, DJe: 22/2/2019; PUIL n. 1.156/PR, Ministra Regina Helena Costa, DJe: 19/2/2019.

Ante o exposto, **não conheço do pedido**, nos termos artigo 34, XVIII, *a*, do RISTJ.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro BENEDITO GONÇALVES
Relator

